

WANEISSA DE CÁSSIA FRANÇOLIN

Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP



A AMPLIAÇÃO DOS PODERES DO RELATOR NOS RECURSOS CÍVEIS

Decálogo

LIVRARIA E EDITORA

decalogo@mandamentos.com.br

(31) 3226 7717-3274 2559

Rua Espírito Santo, 1.025-Loja-H-BH-MG

temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, e justo. (1Jo2:1)



EDITORA
FORENSE

Rio de Janeiro
2006

1ª edição – 2006

© Copyright
Wanessa de Cássia Françolin

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.
 Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

F897a

Françolin, Wanessa de Cássia

A ampliação dos poderes do relator nos recurso cíveis / Wanessa de
 Cássia Françolin – Rio de Janeiro: Forense, 2006

Inclui bibliografia

ISBN 85-309-2016-3

1. Recursos (Direito). 2. Processo civil.

I. Título.

04-3422.

CDU 347.955

A presente obra foi revisada pela autora.

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
 COMPANHIA EDITORA FORENSE

Endereço na Internet: <http://www.forense.com.br> – e-mail: forense@forense.com.br
 Av. Erasmo Braga, 299 – 1º, 2º, 5º e 7º andares – 20020-000 – Rio de Janeiro – RJ
 Tel.: (0XX21) 3380-6650 – Fax: (0XX21) 2533-4752

Impresso no Brasil
 Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	XI
<i>Apresentação</i>	XIII
 Introdução	 1
Capítulo I – A Crise no Processo – A Busca por Decisões Liminares e os Processos de Massa	5
Capítulo II – A Figura do Relator	29
Capítulo III – A “Monocraticidade” e a “Colegialidade” das Decisões Judiciais: Algumas Considerações	37
Capítulo IV – Análise do Artigo 557 do CPC	57
Capítulo V – O Recurso Previsto no Artigo 557, § 1º, do CPC	89
Capítulo VI – Os Poderes do Relator no Agravo de Instrumento	115
Capítulo VII – A “Discrecionariedade” na Decisão do Relator Acerca do Efeito Suspensivo ou da Antecipação da Tutela Recursal.	123
Capítulo VIII – Os Poderes do Relator na Apelação.	149
Capítulo IX – Os Poderes do Relator nos Embargos de Declaração.	155
Capítulo X – Os Poderes do Relator nos Embargos Infringentes	163
Capítulo XI – Os Poderes do Relator no Reexame Necessário	169
Capítulo XII – Os Poderes do Relator nos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95)	171
Capítulo XIII – Os Poderes do Relator no Âmbito dos Recursos Especial e Extraordinário	177
Capítulo XIV – Os Poderes do Relator e os Embargos de Divergência	185
Capítulo XV – Os Poderes do Relator no Recurso Ordinário	193
Capítulo XVI – Os Poderes do Relator nos Conflitos de Competência (Artigo 120 do CPC).	195
Capítulo XVII – O Poder Cautelar do Relator	197
Capítulo XVIII – Ação Rescisória de Decisão Monocrática do Relator.	203
Capítulo XIX – As Modificações da Lei nº 10.352/01 e os Poderes do Relator.	207
Capítulo XX – Reflexões Acerca da Continuidade das Reformas no CPC	221

X

Wanessa de Cássia Françaolin

Conclusão	225
Bibliografia.	231
Índice Sistemático	239

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i>	IX
<i>Prefácio</i>	XI
<i>Apresentação</i>	XIII
 Introdução	 1
 Capítulo I – A Crise no Processo – A Busca por Decisões Liminares e os Processos de Massa	 5
1.1. A simplificação dos procedimentos e a busca por alternativas à jurisdição	7
1.2. A ampliação dos poderes do juiz	10
1.3. Os recursos nesse novo contexto	13
1.3.1. A variedade de recursos	13
1.4. O volume excessivo de recursos como causa das reformas processuais	16
1.4.1. Propostas para redução do volume de recursos	23
1.4.2. O agravo de instrumento	25
 Capítulo II – A Figura do Relator	 29
2.1. Breve histórico da evolução dos poderes do relator	32
 Capítulo III – A “Monocraticidade” e a “Colegialidade” das Decisões Judiciais: Algumas Considerações	 37
3.1. Os fatores que indicam o declínio da colegialidade.	37
3.2. O duplo grau de jurisdição e a ampliação dos poderes do relator	41
3.3. A constitucionalidade da ampliação dos poderes do relator	45
3.4. O princípio da colegialidade	50
3.5. O princípio do juiz natural	52
3.6. O aumento dos poderes do relator e a efetividade do processo	54
 Capítulo IV – Análise do Artigo 557 do CPC	 57
4.1. A previsão do <i>caput</i> : negativa de seguimento	59
4.2. Negativa de seguimento: faculdade ou obrigatoriedade	70
4.3. A previsão do § 1º-A: dar provimento ao recurso.	71
4.4. Julgamento com fundamento em súmula ou jurisprudência dominante	73
4.4.1. Conceito de jurisprudência dominante	80
4.4.2. Divergência da jurisprudência do tribunal local com jurisprudência dos tribunais superiores.	85

Capítulo V – O Recurso Previsto no Artigo 557, § 1º, do CPC	89
5.1. Efeito suspensivo	94
5.2. Contraditório.	96
5.2.1. Liminar <i>inaudita altera parte</i>	100
5.3. Publicidade.	103
5.4. Interposição do agravo interno como requisito para a apreciação de recurso especial ou extraordinário.	106
5.4.1. Considerações sobre a multa prevista no § 2º do art. 557 e o esgotamento das instâncias ordinárias	107
Capítulo VI – Os Poderes do Relator no Agravo de Instrumento	115
6.1. Decisões de cunho negativo: o chamado <i>efeito ativo</i> do agravo	115
Capítulo VII – A “Discrecionabilidade” na Decisão do Relator Acerca do Efeito Suspensivo ou da Antecipação da Tutela Recursal	123
7.1. Da recorribilidade da decisão do relator	126
7.1.1. O agravo regimental	132
7.1.2. Da atual utilização do mandado de segurança contra ato judicial	141
Capítulo VIII – Os Poderes do Relator na Apelação	149
8.1. Antecipação da tutela recursal na apelação.	152
8.2. Breves comentários sobre o art. 555, § 1º, do CPC	153
Capítulo IX – Os Poderes do Relator nos Embargos de Declaração.	155
Capítulo X – Os Poderes do Relator nos Embargos Infringentes	163
Capítulo XI – Os Poderes do Relator no Reexame Necessário	169
Capítulo XII – Os Poderes do Relator nos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/95)	171
12.1. Os Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259/01)	173
Capítulo XIII – Os Poderes do Relator no Âmbito dos Recursos Especial e Extraordinário	177
13.1. Agravo de despacho denegatório de recurso especial ou extraordinário	180
Capítulo XIV – Os Poderes do Relator e os Embargos de Divergência	185
Capítulo XV – Os Poderes do Relator no Recurso Ordinário	193
Capítulo XVI – Os Poderes do Relator nos Conflitos de Competência (Artigo 120 do CPC)	195
Capítulo XVII – O Poder Cautelar do Relator	197
Capítulo XVIII – Ação Rescisória de Decisão Monocrática do Relator.	203

A Ampliação dos Poderes do Relator nos Recursos Cíveis	241
Capítulo XIX – As Modificações da Lei nº 10.352/01 e os Poderes do Relator . . .	207
19.1. As modificações do art. 527.	210
19.1.1. A conversão do agravo de instrumento em agravo retido	212
19.1.2. Efeito ativo e antecipação da tutela recursal.	218
19.2. O art. 515, § 3º, e os poderes do relator	219
Capítulo XX – Reflexões Acerca da Continuidade das Reformas no CPC	221
Conclusão	225
Bibliografia.	231